

CONFLUÊNCIA DE ALTERNATIVAS NA ARTICULAÇÃO DA TEIA DOS POVOS: INSPIRAÇÕES PARA OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS

RENATA FONSECA, MARTA DE AZEVEDO E BEATRIZ AKEMI

CONFLUÊNCIA DE ALTERNATIVAS NA ARTICULAÇÃO DA TEIA DOS POVOS: INSPIRAÇÕES PARA OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS

ALTERNATIVES CONFLUENCE IN THE WEAVING OF TEIA DOS POVOS (PEOPLE'S WEB): INSPIRATIONS FOR OTHER POSSIBLE WORLDS

RENATA AMORIM ALMEIDA FONSECA¹

renata.a.a.fonseca@unirio.br
<https://orcid.org/0000-0001-5056-2114>

MARTA DE AZEVEDO IRVING²

mirving@mandic.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-2677-818X>

BEATRIZ AKEMI TAKEITI³

biatakeiti@medicina.ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0003-2847-0787>

Resumo

Historicamente, em resistência à “policrise” planetária, inúmeros povos e comunidades tradicionais constroem um “pluriverso” de alternativas de (re)existência, refletido em culturas e modos diversos de organização social para a reprodução da vida. Desde uma perspectiva de análise do pós-desenvolvimento, este ensaio se dirige às alternativas sistêmicas forjadas na trajetória de transição agroecológica do Assentamento Terra Vista, como núcleo aglutinador da Teia dos Povos. Com base nas narrativas tecidas nos encontros, na observação participante e no rastreamento realizado nas mídias digitais, foi possível perceber a incidência das alternativas mapeadas nas diversas dimensões materiais e simbólicas da existência, tanto em atendimento às

¹ Bióloga, doutora e pós-doutoranda no Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos/UFRJ), docente no Departamento de Ciências do Ambiente (Ibio/Unirio).

² Professora e pesquisadora sênior do Programa Eicos/IP/UFRJ e do Pped/IE/UFRJ, onde coordena os grupos de pesquisa Gapis e Sinergia (Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq). Coordena a cátedra de ambiente e sustentabilidade do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/FCC/UFRJ). Compõe a equipe de pesquisadores seniores do INCT-Pped/CNPq e, atualmente, é professora convidada da UFJF.

³ Terapeuta ocupacional, docente do Departamento de Terapia Ocupacional, Faculdade de Medicina, e do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos/UFRJ).

demandas concretas no que diz respeito à alimentação, moradia, geração de trabalho e renda quanto à produção de novas subjetividades relativas ao senso de pertencimento à natureza, perpassando as relações de gênero e cuidado. Enraizadas nas próprias territorialidades, histórias e memórias, inúmeras oportunidades de aprendizagem vivenciais sobre resiliência vêm sendo gestadas, sobretudo em relação aos processos de restauração ecológica associados à soberania alimentar, em face do desafio de reparar passivos coloniais-modernos e salvaguardar a adaptação coletiva a um novo regime climático.

Palavras-chave: Policrise. Confluências. Comunidades. Autonomia. Bem Viver.

Abstract

Historically, resisting to planetary polycrisis, countless peoples and traditional communities have been building a pluriverse of (re)existence alternatives, reflected in diverse cultures and modes of social organization for life reproduction. From a post-development perspective, this essay focuses on systemic alternatives forged by the trajectory of community experiences for agroecological transition in the Terra Vista Settlement, as a unifying nucleus of Teia dos Povos. Based on narratives woven in meetings, participant observation and tracking in digital media, it was possible to perceive the incidence of the mapped alternatives in material and symbolic dimensions, related both to concrete demands regarding food, housing, work and income generation, as well as subjective ones related to the sense of belonging to nature, crosscutting social relations related to gender and care. Rooted in the territorialities, in their own stories and memories, countless opportunities for experiential learning about resilience are being gestated, especially regarding ecological restoration associated to food production, given the challenge to repair colonial-modern liabilities and safeguard collective adaptation to a new climate regime.

Keywords: Polycrisis. Confluences. Communities. Autonomy. Good Living.

Introdução

No plano global, enquanto resiste à “policrise” (Morin, Kern, 1993), a sociedade civil vem construindo um “pluriverso”⁴ de alternativas contra-hegemônicas de organização social e produtiva, capaz de inspirar caminhos de transição para sociedades mais resilientes, equitativas e sustentáveis (Kothari et al., 2019). Com essa perspectiva, merece destaque o protagonismo de povos e comunidades tradicionais que, ao sofrer na linha de frente os efeitos da geopolítica neoliberal e extrativista, vêm forjando também inúmeras alternativas para a reprodução da vida, com base em rico acervo de conhecimentos e capacidades, associado à conservação e restauração de biomas (Dilger et al., 2016; Solón, 2019; Krenak, 2019).

No caso latino-americano, em particular, tais grupos vêm sendo reconhecidos como os principais guardiões de florestas e demais ecossistemas, uma vez que as taxas de desmatamento tendem a ser significativamente mais baixas onde os direitos territoriais coletivos de povos indígenas e comunidades tradicionais são formalmente reconhecidos, em relação a outros contextos de ordenamento e ocupação territorial (FAO, Filac, 2021; Icca, 2021

Contudo, enquanto contribuem para salvaguardar cerca de 80% da biodiversidade mundial (Zanjani et al., 2023), os conflitos socioambientais se acirram em seus territórios de vida, especialmente na América Latina, diante de pressões e ameaças crescentes, envolvendo disputas por terras e recursos com o avanço do neoextrativismo, tendo origens em histórico secular de violências coloniais-modernas (Porto-Gonçalves, 2012; Svampa, 2019; Haesbaert, 2021; Ferdinand, 2022).

⁴ Pluralismo de conceitos, cosmovisões e práticas sintonizados com os princípios de justiça social e ecológica, engajados na construção de “um mundo onde caibam outros mundos”, segundo princípios zapatistas, em contraste com o universalismo propagado pela modernidade ocidental. Em *Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento* (Kothari et al., 2019), os autores Ashih Kothari (Índia), Ariel Salleh (Austrália), Arturo Escobar (Colômbia), Federico Demaria (Espanha) e Alberto Acosta (Equador) mapeiam ao redor do mundo e reúnem cerca de 15 soluções “*mainstream*” e mais de 90 alternativas “radicais” possíveis que desafiam o *status quo*.

Desse modo, em resistência desde as territorialidades, diversos grupos sociais, sobretudo aqueles ditos minoritários,⁵ enfrentam desafios cotidianos para a afirmação de seus direitos por meio de lutas cujos “rastros sensíveis” têm gerado, de forma pedagógica, importantes pistas e oportunidades de aprendizagem sobre resiliência (e mesmo esperança) em tempos de emergência planetária.

Assim, às margens do capitalismo global, uma “tapeçaria global de alternativas”, das mais variadas matizes e cores, vem sendo tecida para a reprodução da vida, ganhando cada vez mais relevo como conjunto plural de possibilidades social e ambientalmente transformadoras (Escobar, 2018; De la Cadena, Blaser, 2018; Kothari et al., 2019).

Consubstanciando esse debate, no Brasil, ao pautar a convergência das lutas emancipatórias “por terra e território”, em uma “ampla aliança preta, indígena e popular”, emerge a articulação da Teia dos Povos, tendo a educação popular e a agroecologia como vias de “reencantamento” para o fortalecimento comunitário e a territorialização do Bem Viver,⁶ com base na autonomia (Ferreira, Felício, 2021; Zibechi, 2022).

Mediante diálogos horizontais e relações de reciprocidade, essa articulação sociopolítica autônoma busca aliar a diversidade de trajetórias, conhecimentos, práticas e visões de mundo na construção de

⁵ São assim denominados não por sua expressão em termos estatísticos, mas devido ao processo excludente sofrido por determinados grupos sociais, como os povos e comunidades tradicionais, no sistema político e econômico dominante, o que se reflete em sua ainda limitada representatividade nos espaços de poder. Diferentes definições se dirigem aos povos e comunidades tradicionais na América Latina. Na legislação brasileira, atualmente, são reconhecidos 29 segmentos distintos. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais os concebe como sendo “grupos culturalmente diversos que se reconhecem como tal, com formas próprias de organização social, que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, sendo os conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

⁶ A grafia “Bem Viver” se justifica pelo uso da expressão como conceito e/ou categoria analítica próprios da perspectiva decolonial latino-americana e propostas afins. Enquanto tradução intercultural e reelaboração discursiva dos princípios quechua “Sumak Kawsay” e aymara “Suma Qamaña” – cujas semelhanças são encontradas também em cosmovisões e posturas de diversos povos originários deste e demais continentes – ontologicamente, esse paradigma envolve as relações de interdependência entre cultura e natureza, sendo teorizado na esfera acadêmica e influenciando cada vez mais o debate público. Apesar das ambiguidades e dos dilemas envolvidos em sua apropriação política, o Bem Viver vem abrindo janelas de oportunidade para além das proposições sob a égide do “desenvolvimento”, em que o múltiplo e o contraditório convivem como riqueza para o aprendizado contínuo rumo a um horizonte pós-capitalista/colonial/racista/patriarcal.

caminhos para a emancipação coletiva. Nessa confluência, associadas ao resgate do sistema agrícola agroflorestral tradicional de “cabruca”⁷ para a produção de cacau (*Theobroma cacao*), as experiências comunitárias de transição agroecológica no Assentamento Terra Vista, localizado no município de Arataca, mesorregião do sul baiano, microrregião de Ilhéus-Itabuna (IBGE, 2017), ganham ainda mais expressão ao aliar a busca por soberania alimentar com a salvaguarda da conservação e restauração do bioma Mata Atlântica, em um dos principais centros de endemismo desse que é considerado um dos mais ameaçados e representativos *hotspots* de biodiversidade mundial.⁸

Foi justamente nesse território, durante a I Jornada de Agroecologia da Bahia, realizada em 2012, que a proposta de articulação da Teia dos Povos foi lançada, “com o objetivo de promover a ‘união dos povos e saberes’ em torno da luta por terra e território, alinhada com os princípios da agroecologia, para construção do Bem Viver”⁹ (Pimentel, Menezes, 2022, p. 4). Tendo como inspiração o tema “Agroecologia: Uma Proposta de Soberania do Território Baiano”, esse encontro no Assentamento Terra Vista contou com a presença de representantes de diferentes etnias e povos indígenas, como os Tupinambá, Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe, de comunidades tradicionais quilombolas e pesqueiras de diversos territórios baianos e de assentamentos rurais e outras comunidades, de movimentos sociais e organizações do campo e da cidade, atraindo, desde seu início, a atenção do público universitário (Pimentel, Menezes, 2022).

Foram realizadas até o momento sete Jornadas de Agroecologia da Bahia, reunindo público crescente que vem se somando aos povos e

⁷ “Cabruca” deriva de “brocar”, o ato de fazer aberturas na mata para plantio do cacau sob a sombra das árvores mais altas. O sistema agrícola cacau-cabruca é praticado há mais de 200 anos na região de estudo, e, segundo levantamentos ali realizados, essas áreas apresentam densidade variando de 35 a 355 árvores e riqueza de 16 a até 60 espécies arbóreas por hectare (Sambuichi, 2006).

⁸ Situado no Corredor Central da Mata Atlântica, o qual abrange inúmeras espécies de distribuição restrita e ameaçadas de extinção, o Assentamento Terra Vista se localiza próximo a uma área protegida no sul da Bahia, onde foram encontradas 454 espécies de árvores em um hectare, considerado recorde mundial de riqueza vegetal (CEPF, 2001).

⁹ O Bem Viver referido aqui se trata da tradução intercultural do princípio andino *sumak kawsay* e *suma qamaña*, que chega à Teia dos Povos a partir dos indígenas da região e de entidades como o Conselho Indígena Missionário (Cimi), segundo Pimentel e Menezes (2022).

comunidades tradicionais da região, em processo crucial para a tessitura da Teia dos Povos. Nesse resgate histórico, vale lembrar que, até 2015, as Jornadas aconteceram no Terra Vista, mas, a partir de então, transpuseram os limites do assentamento e adquiriram outros rumos, vindo a ser realizadas em outros territórios baianos.¹⁰

Ademais, além da realização das Jornadas de Agroecologia da Bahia e das Pré-jornadas de Agroecologia, realizadas dentro e fora do estado da Bahia, diversas comunidades ligadas à Teia dos Povos vêm organizando eventos e vivências práticas concebidos como oportunidades formativas voltadas para reflexão, ação e articulação política, envolvendo atividades pedagógicas que acolhem estudantes, educadores, pesquisadores e outros atores interessados na construção de autonomia junto à terra, como forma de enfrentamento aos diversos desafios cotidianos articulados às dimensões sociais, econômicas, ecológicas e culturais da existência.

Nessa “confluência de alternativas”,¹¹ um conjunto de práticas sociais e de mobilização se constrói e se reconstrói, em movimento vivo, circular, a partir do reconhecimento da importância dos conhecimentos e das memórias ancestrais afro-indígenas e populares para as transformações sociais no mundo contemporâneo. Compartilhada e reeditada também por meio das mídias digitais e outras tecnologias de informação e comunicação, uma ampla e diversa rede de solidariedade

¹⁰ Em 2017, a V Jornada foi realizada em terras Pataxó, em Porto Seguro; em 2019, a VI Jornada ocorreu em terras Payaya, em Utinga, na Chapada Diamantina; e, no início de 2023, a VII Jornada se efetivou na comunidade pesqueira e quilombola de Conceição de Salinas, em Salinas da Margarida, às margens da baía de Todos os Santos. A VIII Jornada de Agroecologia da Bahia está prevista para ocorrer em Salvador, em janeiro de 2025, em movimento que se desloca dos territórios rurais e periféricos em direção à metrópole. Ao final de cada Jornada, a Teia dos Povos se manifesta publicamente por meio de uma carta. O conjunto de documentos, resultante dessa série de eventos, tem servido como roteiro para a compreensão da evolução das propostas da articulação e está disponível em <http://teiadospovos.org/>.

¹¹ A noção de confluência possui centralidade neste debate, sendo concebida aqui como “conexões possíveis para fortalecer trajetórias”, uma lição aprendida com as águas ao expandirem seus cursos em fluxo e poder quando se encontram, segundo a inspiração do mestre de saberes quilombola e ancestralizado recentemente Antônio Bispo dos Santos, ou Nego Bispo (Bispo dos Santos, 2015). O sociólogo ambientalista indiano Ashish Kothari concebe o termo com sentido semelhante, no contexto do coletivo Vikalp Sangam (Confluência de Alternativas) e das redes internacionais Global Tapestry of Alternatives e Radical Ecological Democracy, iniciativas caras também neste debate (Kothari *et al.*, 2019).

horizontal vem se constituindo, agregando indivíduos, coletivos e movimentos organizados, compostos por “núcleos de base” (territorializados) e “elos” (desterritorializados), no campo e na cidade, articulados em todas as regiões brasileiras.

Percurso metodológico: nos rastros do “pluriverso”

Partindo desses antecedentes, desde uma perspectiva de análise do pós-desenvolvimento, este ensaio se dirige ao caso das alternativas sistêmicas forjadas na trajetória de transição agroecológica no Assentamento Terra Vista (Arataca, Bahia), núcleo aglutinador da Teia dos Povos, buscando avaliar os desafios e as potencialidades das experiências comunitárias no processo de construção de novos caminhos de resistência frente à crise civilizatória, diante de um panorama global de incertezas.

Alinhada à sociologia sentipensante de Fals-Borda (2009), implicada com a construção de autonomia (pluri)epistêmica no contexto latino-americano, no qual a investigação-ação participativa (Fals-Borda, Rahman, 1991) se desenvolve, essa pesquisa caminha no sentido de colaboração mútua entre os sujeitos envolvidos, partindo do reconhecimento das diferenças e tensões presentes, mas também do potencial das relações de afeto e alteridade para a coprodução de conhecimentos enriquecidos por experiências sinérgicas e/ou complementares, na produção de novas subjetividades regenerantes do tecido social e ambiental (Scarano, 2019).

Para tanto, na confluência entre “saberes orgânicos e sintéticos” (Bispo dos Santos, 2015), tendo por base a perspectiva crítica decolonial latino-americana (Quijano, 2000; Ballestrin, 2013), e à luz do paradigma ancestral de Bem Viver (Acosta, 2016), o percurso metodológico da pesquisa envolveu: levantamento bibliográfico e documental; rastreamento e tessitura das redes em mídias digitais; e realização de observação participante e exercício de escuta sensível de narrativas em

campo, ao longo do período compreendido entre outubro de 2021 e março de 2024.

Caberia destacar aqui, a imersão no curso de formação Aprender na Prática: Formação Agroecológica Integral,¹² oferecido pela Universidade dos Povos, no Assentamento Terra Vista, no final de 2022, uma oportunidade de aprendizagem por meio da qual importantes subsídios foram obtidos para a consolidação da pesquisa que consubstancia o presente ensaio. Nessa oportunidade, e em outras incursões no território (realizadas em diferentes ocasiões, em outubro de 2023, janeiro e março de 2024), foi possível apreender diversas nuances sobre o contexto comunitário, expressas nas narrativas e nos modos individuais e coletivos de interação, nas relações e trocas com lideranças, anciãos/ãs, jovens, mulheres e crianças, mestres e mestras de saberes, palestrantes e demais envolvidos. Cantos, danças e rituais perpassaram a partilha de conhecimentos ancestrais, filosóficos e espirituais de matriz africana e indígena, sem negligenciar, mas, ao contrário, reforçando a teoria política subjacente à luta por terra e território. Por meio de caderno de campo e registros audiovisuais, foi possível a construção de matriz-síntese de análise, buscando sistematizar parte dos resultados. As discussões e as considerações finais seguem em sequência a essa matriz.

¹² Nessa “escola da prática”, a formação se deu nos espaços comunitários construídos, nos sistemas agroflorestais, na fábrica de chocolate, e em incursões na própria Mata Atlântica, em torno de processos desenvolvidos no cotidiano desse assentamento, como a produção do cacau e do chocolate (do solo à fábrica), o cultivo das hortas agroecológicas, as práticas de bioconstrução, o processo para a destilação de óleos essenciais (da colheita ao beneficiamento). A Universidade dos Povos representa uma iniciativa educacional da Teia, semeada, gestada e germinada a partir da identificação da necessidade de aprimorar a formação teórica e prática voltada para outras culturas políticas no campo da agroecologia. A iniciativa vem se fortalecendo e se consolidando, sobretudo a partir de janeiro de 2024, com o início do curso de formação Construtores e Defensores de Territórios, com duração prevista de dois anos, tendo sido os dois primeiros meses realizados em imersão no território do Terra Vista.

Resultados: pistas para outros mundos possíveis

Tendo por princípio a luta por terra e território, reafirmando o que foi exposto, a articulação da Teia dos Povos se enraíza na trajetória dos coletivos do Assentamento Terra Vista, como uma das experiências pioneiras da reforma agrária no sul da Bahia, fruto da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no início dos anos 1990, cuja localização é representada na Figura 1. A partir de 2000, a agroecologia foi adotada como base do modelo de desenvolvimento do assentamento, que conta com área de aproximadamente 900 hectares e abriga cerca de 50 famílias, sendo considerado atualmente referência na implantação de sistemas agroflorestais como modo de produção.



Figura 1: Mapa de localização e fotos aéreas do Assentamento Terra Vista

Fonte: as autoras.

Por meio do engajamento comunitário na transição agroecológica em curso no assentamento, a restauração florestal associada à produção agrícola vem se consolidando como via essencial para o cumprimento da dupla função social e ambiental da terra. E, nessa trajetória, ganha centralidade a luta coletiva pela autonomia de base territorial, crucial para o enfrentamento do desafio constante de manter a agroecologia não apenas como modelo produtivo, mas como modo de vida contra-hegemônico, em defesa de uma economia do cuidado, tendo como perspectiva o paradigma ancestral do Bem Viver (Teia dos Povos, 2022).

Importante mencionar, também, os caminhos estratégicos e táticos envolvidos nessa travessia, organizados em termos de “jornada, caminhadas e passos”, perpassando eixos com temporalidades-

espacialidades distintas, conforme sistematização realizada na obra *Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil* (Ferreira, Felício, 2021).¹³ Segundo os autores, nessa grande tarefa histórica, existe um horizonte de longo prazo, compreendido como “jornada”, para que se reafirme o sentido político das “caminhadas” e dos “passos”, empreendidos em médio e curto prazos, reforçando a lembrança dos motivos pelos quais os/as envolvidos/as caminham juntos/as. As “caminhadas” constituem, assim, as etapas intermediárias e necessárias para se percorrer a “jornada”, e os “passos” se concretizam nas tarefas mais imediatas e cotidianas para se lograr com êxito cada caminhada da jornada.

Desse modo, Ferreira e Felício (2021) discutem os aspectos políticos e conceituais do processo, mas enfatizam o sentido material e prático de sua concretude, ao delinear um percurso para a autonomia dos povos baseado na busca por garantir seis eixos fundamentais de soberania: hídrica, alimentar, trabalho e renda, pedagógica, energética e de autodefesa. Em contraponto à via unilinear do sistema econômico e político dominante, os autores traçam as pistas para a construção plural e libertária de “um mundo onde caibam outros mundos”, segundo os princípios zapatistas compartilhados pelo “pluriverso” (Kothari et al., 2019).

Com esse objetivo, a articulação dessa aliança está orientada pela liderança de sujeitos territorializados e racializados, e seu histórico de lutas por terra e território, perpassando a centralidade do papel desempenhado pelas mulheres e pela espiritualidade no enfrentamento ao principal

¹³ Considerado o programa político da Teia dos Povos, nessa publicação se reivindica a democratização do acesso à terra para ser (re)territorializada pelos povos, com base em outros tipos de cosmopercepção. Segundo essa proposta, a terra não seria concebida como propriedade, a ser comprada ou cedida pelo Estado, o que transcende até mesmo as propostas usuais de reforma agrária. A terra territorializada ganha contornos vivos, um sentido de pertencimento ao todo e de conexão espiritual. Essa ressignificação de sentidos conduz a outro tipo de relação e, assim, (T)terra e território seriam indivisíveis, inseparáveis, pensados como livres de cercas (sejam físicas ou imaginárias). Mas, a lógica dominante impôs outra conotação à terra, como recurso. Então, a terra foi colonizada, expropriada, cercada e desterritorializada. Se tornou mercadoria, objeto mensurável e divisível em partes comercializáveis no mercado fundiário. Em contrapartida, povos e comunidades tradicionais reivindicam o acesso livre e coletivo à terra, a seus cursos d’água, matas e seres, como o tinham seus ancestrais, mediante uma lógica de bem comum, como ressaltam Joelson Ferreira e Erashto Felício (2021).

desafio colocado ao processo: a superação da lógica de latifúndio, ou seja, a privatização da natureza e a concentração de terras em poucas mãos para fins de poder e acumulação capitalista (Ferreira, Felício, 2021).

Profundas desconstruções e rupturas estão implicadas nesse grande desafio, sendo uma delas o rompimento com a ilusão de que as mudanças societárias decorreriam de vias institucionalmente estabelecidas. Isso porque, a racionalidade extrativista e colonialista que está na origem da formação de latifúndios vem se reeditando, mediante a intensificação dos processos de expropriação dos territórios e dos saques à natureza, por parte do agronegócio, da mineração, da especulação imobiliária e das grandes obras de infraestrutura, em projetos de desenvolvimento promovidos pelo Estado, independentemente da inclinação política, seja ela progressista ou conservadora, de esquerda ou de direita, e colonizando, pela via cultural, as subjetividades modernas (Bispo dos Santos, 2015; Dilger et al., 2016; Svampa, 2019).

Assim, as relações de poder vinculadas à matriz colonial se estabelecem e se complexificam na interseccionalidade da “policrise” civilizatória, com orientação de gênero, raça e classe, alimentadas por violências sistêmicas, como o feminicídio, o genocídio e mesmo o epistemicídio, em meio a agressões que tentam negar a diversidade e inviabilizar as possibilidades plurais de existência. Frente às tendências opressivas dominantes, engendradas na coalizão capital/Estado/racismo/patriarcado, a aliança da Teia dos Povos vem, contudo, apostando em uma ética de coexistência, no respeito à pluralidade de visões de mundo e na valorização das diferenças para criar outras culturas políticas e possibilidades de existência em sociedade.

Diante dessa complexidade, embora se busque delinear caminhos para a aliança preta, indígena e popular, na luta por terra e território para o enfrentamento à lógica de cercamento do latifúndio, Ferreira e Felício (2021) ressaltam a incompletude do processo, uma vez que essa jornada está em construção, em um processo vivo, secular, que avança, retrocede, sendo forjada à medida que se caminha, coletivamente. Os diferentes ritmos de luta, as dificuldades e as contradições inerentes às relações

humanas são reconhecidos como oportunidades de aprendizagem, enriquecidas pelo vasto repertório de resistências e capacidades singulares de cada núcleo de base e elo nessa aliança. Evocando a ancestralidade, memória e sabedoria dos mais velhos, se reconhece a importância fundamental dos direitos identitários e territoriais, mas se enfatiza a lembrança de que “aquilo que nos une é maior do que as diferenças que nos separam”, como reitera Joelson Ferreira, parafraseando Milton Santos, ao convocar para a união diante das mudanças urgentes e necessárias no contexto da presente encruzilhada civilizatória, frente ao prenúncio do agravamento das catástrofes climáticas.

Partindo desse panorama, buscou-se analisar as potencialidades e os desafios que perpassam a possibilidade de construção das alternativas territorializadas, em uma perspectiva integrada, com ênfase nas quatro dimensões – social, econômica, ecológica e cultural – de sustentabilidade para o desenho de comunidades regenerativas (Gaia Education, 2005), também debatidas em esfera global, em acordos multilaterais no âmbito da ONU, como a *Agenda 2030* (UN, 2015a) e no *Acordo de Paris*¹⁴ (UN, 2015b).

Com esse olhar, acompanhando os passos dos coletivos do Assentamento Terra Vista nessa caminhada, além da produção agroflorestal de cacau-cabruca e da produção de chocolate artesanal fino em agroindústria pela juventude, outras alternativas buscam promover as bases para as atividades econômicas autônomas e sustentáveis nesta construção coletiva: conservação e rede de trocas de sementes crioulas; restauração do bioma Mata Atlântica, recuperação de nascentes e de faixas marginais de proteção de corpos hídricos; cultivo de plantas medicinais, destilação de óleos essenciais e produção de fitocosméticos e fitoterápicos; educação diferenciada em formações políticas em cursos e

¹⁴ Situado no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima das Nações Unidas, o *Acordo de Paris* foi pactuado entre as partes (países signatários), em 2015, estabelecendo metas voluntárias e meios de alcance para manter o aumento das temperaturas globais abaixo de 2°C, neste século, a cerca de 1,5°C (comparado a níveis pré-industriais). Mas, segundo o mais novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas sobre as Bases Físicas (IPCC, 2021), em todos os cenários, são necessárias reduções significativas de emissões de carbono em curto prazo, o que implicaria um redesenho civilizatório radical na contemporaneidade (UN, 2015b).

vivências; publicação de livros; participação em conselhos de áreas protegidas e em consórcios intermunicipais, além do estabelecimento de parcerias estratégicas com instituições de ensino superior e de outras naturezas, entre outras iniciativas em tessitura, conforme sistematização apresentada na matriz-síntese de análise (Quadro 1) e ilustradas (Figura 2), a seguir.

Quadro 1. Matriz-síntese das alternativas comunitárias mapeadas

Alternativas sistêmicas comunitárias	Descrição narrativa	Dimensões de sustentabilidade			
		Ecológica	Social	Econômica	Cultural
1	Sistemas agroflorestais de cultivo de cacau, com resgate do agrossistema tradicional cabruca	✓	✓	✓	✓
2	Educação básica, técnica e profissionalizante e ensino superior		✓	✓	✓
3	Produção de chocolate artesanal fino		✓	✓	
4	Produção de alimentos em	✓	✓	✓	✓

	hortas orgânicas em sistemas agroflorestais	onde são cultivados verduras e legumes para consumo e venda. Além disso, nas áreas comuns, são encontradas árvores frutíferas e nativas, consorciadas com outras culturas agrícolas de base.				
5	Cultivo de ervas aromáticas e medicinais em hortas-mandala	Ervas medicinais e aromáticas são cultivadas para uso alimentício e medicinal como farmácia viva, para a destilação de óleos essenciais e produção de fitocosméticos pelo coletivo de mulheres Arte da Terra.	✓	✓	✓	✓
6	Recuperação de mata ciliar e de nascentes	Na área da antiga Fazenda Bela Vista, ocupada e desapropriada para se tornar o PA Terra Vista, a faixa marginal de proteção do rio Aliança (área de preservação permanente), estava desmatada em grande parte. A mata ciliar foi recuperada, envolvendo também a participação das crianças no plantio. Estima-se que 90% da mata ciliar do rio Aliança e 80% das nascentes de sua bacia hidrográfica tenham sido recuperadas.	✓	✓	✓	
7	Restauração florestal e conservação do bioma Mata Atlântica	Além da recuperação da mata ciliar do rio Aliança e de suas nascentes, foram recuperadas áreas degradadas mediante a restauração de florestas de Mata Atlântica e de ecossistemas associados como brejos e áreas alagáveis. Estima-se que mais de um terço da área, cerca de 300ha de florestas de Mata Atlântica, seja conservado nos cerca de 910ha do Assentamento Terra Vista.	✓	✓	✓	
8	Participação no conselho consultivo de UC de Proteção Integral	O Terra Vista se localiza a cerca de 1km de distância do Parque Nacional da Serra das Lontras, na zona de amortecimento dessa Unidade de Conservação (UC) da categoria de Proteção Integral. A coordenação do assentamento participa do conselho consultivo do Parque, tendo sediado a realização de algumas reuniões.	✓	✓		
9	Conservação e troca de sementes "crioulas"	Sob os cuidados "das guardiãs mais velhas" são guardadas e cultivadas as sementes crioulas de variedades de culturas de base, de diferentes tipos de milhos, feijões, entre outras. São realizadas trocas, envolvendo a doação e o recebimento de sementes com outras comunidades rurais e indígenas em diversos encontros e oportunidades de troca de saberes e fazeres da Teia dos Povos.	✓	✓	✓	✓
10	Destilação de óleos essenciais e produção de fitocosméticos e fitoterápicos	Desde 2019, o coletivo de mulheres Arte da Terra vem trabalhando com a destilação de óleos essenciais e a produção de fitocosméticos e fitoterápicos, buscando resgatar conhecimentos sobre o uso das plantas para o cuidado e o autocuidado em	✓	✓	✓	✓

		saúde. O trabalho envolve todo o processo de produção, desde o plantio ou o extrativismo, o manejo, a colheita, a destilação em laboratório e equipamentos próprios, envase, comunicação e venda dos produtos.				
11	Práticas de cuidado em saúde e uso de plantas medicinais	Banhos de ervas e outros usos de plantas medicinais estão presentes como prática ancestral de cuidado e autocuidado das mulheres.	✓	✓	✓	✓
12	Viveiro de mudas	No assentamento, há um viveiro de mudas onde são cultivadas diferentes espécies de plantas com capacidade para 160 mil mudas.	✓	✓	✓	✓
13	Tanques de piscicultura e açudes	Tanques para criação de peixes estão inativos, e os açudes são utilizados para pescaria, com baixa frequência. A pesca de piabas, pitus e camarões no rio Aliança é realizada no sentido recreativo e para autoconsumo atualmente.		✓	✓	
14	Produção de polpas de frutas congeladas e de outros produtos alimentícios beneficiados	Iniciativas individuais e familiares de beneficiamento de produtos cultivados no próprio assentamento, como o caso da fábrica de polpa congelada de frutas, da produção de doces de frutas, de colorau de urucum, de pimenta-do-reino em pó, entre outros que podem representar fonte significativa de trabalho e renda.	✓	✓	✓	✓
15	Mutirões comunitários nos lotes e em áreas comuns	Com a designação de "cooperação simples", essa organização social do trabalho envolve a manutenção das áreas comuns (capina, poda, limpeza) e em alternância de trabalho nas áreas produtivas, organizado em mutirões.		✓	✓	✓
16	Práticas de bioconstrução	Encontra-se em fase de (bio)construção uma futura loja para venda da produção do assentamento, realizada por mutirões, como parte das atividades em vivências pedagógicas. Nesse mesmo formato, foram também construídos banheiros secos.	✓	✓	✓	✓
17	Compostagem de resíduos sólidos orgânicos	Uma área de compostagem pode ser observada junto à cozinha coletiva do Centro Integrado Florestan Fernandes. Prática semelhante é adotada em algumas residências.	✓		✓	
18	Articulação da Teia dos Povos	A Teia dos Povos representa articulação estratégica entre povos, comunidades e indivíduos, territórios rurais e urbanos, movimentos sociais, organizações políticas e educacionais, criada a partir da experiência do Terra Vista, com o objetivo de formular caminhos para a emancipação coletiva sob o chamado por terra, território e Bem Viver. Essa	✓	✓	✓	✓

		aliança nasceu durante a realização da I Jornada de Agroecologia da Bahia, no Assentamento Terra Vista em 2012. Desde então, representantes indígenas, quilombolas, pescadores, periféricos, estudantes, acadêmicos, pequenos agricultores e outros vêm consolidando essa aliança, organizados em “núcleos de base” (territorializados) e “elos” (desterritorializados), distribuídos por todas as regiões brasileiras.				
19	Jornadas e Pré-jornadas de Agroecologia	Como uma das iniciativas centrais da Teia dos Povos, vêm sendo realizadas as Jornadas de Agroecologia da Bahia. A primeira, em 2012, marca o início da Teia. Seguiram-se outras seis: em 2013, 2014, 2015, 2017, 2019 e 2023, com a participação de público crescente e diverso, inspirando, aliás, a realização de jornadas e pré-jornadas em outras regiões.	✓	✓	✓	✓
20	Universidade dos Povos	Cursos de formação política e vivenciais em práticas agroecológicas, além de encontros para troca de saberes abertos ao público, vêm sendo realizados no Terra Vista e em outros territórios ligados à Teia. Nesse âmbito, a Universidade dos Povos vem se estruturando, sobretudo a partir da liderança dos jovens e do engajamento de diversos/as mestres/as de saberes tradicionais.	✓	✓	✓	✓
21	Parcerias estratégicas com instituições de ensino superior e outras instâncias governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais	Uma série parcerias com instituições de ensino superior, órgãos governamentais e outras organizações estão em curso. Por intermédio do Instituto Cabruca, com sede no Assentamento Terra Vista, vem sendo coordenado o Programa de Assistência Técnica da chamada Biomas (ATER Biomas) da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiaterr) da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (SDR). Também via o Instituto Cabruca, foi viabilizada a parceria entre a Teia dos Povos e a UFRJ para a realização do ciclo 2023-2024 de projeto de pesquisa-ação em adaptação climática, financiado pela organização internacional The Adaptation Research Alliance (ARA). O Terra Vista e outros assentamentos e comunidades integram o Polo Aroeirinha – Mata Atlântica (recôncavo, baixo sul e sul da Bahia) do Programa de Estruturação da Cadeia Produtiva de Fitomedicamentos, Fitoterápicos, Fitocosméticos e Alimentos Nutracêuticos do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), como parte da Rota da Biodiversidade, sob coordenação regional da UFRB. Existe também uma parceria com o Consórcio Intermunicipal da	✓	✓	✓	✓

		Mata Atlântica (Cima) em um programa de desenvolvimento regional baseado na recuperação e implantação de 400 mil hectares de cacau-cabruca e sistemas agroflorestais, entre outros projetos.				
22	Identificação de plantas alimentícias não convencionais e de fungos nativos comestíveis	Em parceria com pesquisadores docentes da Uesc, estão sendo realizados o mapeamento e a identificação botânica de plantas alimentícias não convencionais (Pancs) e de fungos comestíveis do bioma Mata Atlântica.	✓	✓	✓	✓
23	Edição e publicação de livros	A publicação e a venda de livros vêm sendo realizadas, por editora própria e por parcerias, com ampla divulgação nas mídias digitais. <i>Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil</i> (Ferreira, Felício, 2021) constitui a primeira obra, seguida de <i>A escola da reconquista</i> , de autoria da mestra Mayá (2022).		✓	✓	✓
24	Produção de conteúdo em mídias digitais	Perfis da Teia dos Povos, do Assentamento Terra Vista e da Arte da Terra são encontrados no Instagram, além da presença de um canal no Youtube denominado Diálogos dos Povos. A Teia dos Povos conta também com <i>site</i> próprio. A produção de conteúdo se realiza pelo engajamento de uma equipe de comunicação e de contribuições jornalísticas independentes.		✓		✓
25	Coletivo da Juventude	O Coletivo da Juventude conta com uma coordenação e duas comissões para organizar e executar tarefas, com calendário de reuniões mensais e atividades como o Cine de Luta e o Grupo de Estudos.		✓		✓
26	Casa de Cultura	Uma edificação denominada Casa de Cultura está sendo retomada como espaço do Coletivo da Juventude. Foram mapeadas as necessidades do espaço, que está sendo preparado para a realização de atividades.		✓		✓
27	Coletivo de mulheres Arte da Terra e Rede de Mulheres da Teia dos Povos	Constituído por um grupo de mulheres do Assentamento Terra Vista com o intuito de gerar autonomia a partir da terra. Existe também a Rede de Mulheres da Teia dos Povos, constituída por mulheres quilombolas, indígenas e outras lideranças territorializadas e desterritorializadas, do campo e da cidade. O coletivo de trabalho vem se reinventando ao longo do tempo e pretende expandir sua rede, a exemplo das trocas de saberes que vêm sendo realizadas com as indígenas Maxacali. Iniciaram com a confecção de camisas bordadas para as	✓	✓	✓	✓

		Jornadas de Agroecologia, depois com a produção de doces e licores e, desde 2019, destilam óleos essenciais e produzem fitocosméticos e fitoterápicos. Buscam aliar a preservação da floresta com a produção e o resgate do conhecimento ancestral feminino ligado à cura por meio das plantas e das rezas.			
--	--	---	--	--	--

Fonte: as autoras.

A partir da matriz apresentada, é possível perceber que os arranjos de organização social e produtiva mapeados diferem daqueles oriundos de modelos hegemônicos, sobretudo na relação com a natureza. Baseadas na observação dos ciclos naturais, tais alternativas vêm contribuindo para sustentar pulsantes territórios de vida, propiciando condições à geração de trabalho e renda, educação, lazer, moradia e socialização e ao suprimento de necessidades básicas materiais e simbólicas da existência humana. Nessas experiências, as práticas agroecológicas e agrofloretais voltadas para a promoção da soberania alimentar e da democracia econômica vêm promovendo cuidados com a conservação da biodiversidade, a restauração ecológica e a valorização das identidades culturais, reconhecidos como fundamentais aos processos de resistência em projetos emancipatórios.

Desse modo, as iniciativas em curso tendem a retroalimentar umas às outras, em ciclos virtuosos, com temporalidade e dinâmica próprias. Nesse movimento, à medida que se avança em algumas conquistas, também se retrocede muitas vezes, quando, não raro, os conflitos internos à dinâmica comunitária e os obstáculos impostos externamente se fazem presentes, refletindo na escala da micropolítica os desafios da sociedade contemporânea. Assim, vozes dissonantes, interesses políticos, visões divergentes, assédios e violências perpassam a luta por terra e território e



Figura 2: Alternativas comunitárias territorializadas, com destaque para o protagonismo das mulheres e dos jovens

Fonte: as autoras.

a construção de soberanias rumo à autonomia, como era de esperar. Paulatinamente, contudo, o Assentamento Terra Vista resiste, (re)existe e se consolida como um potente núcleo aglutinador de articulação da Teia dos Povos, inspirando soluções plausíveis, potencialmente transformadoras em vários campos da vida em sociedade, que transcendem a própria esfera do campesinato.

Outrossim, em meio a inúmeras dificuldades, a construção de alternativas sistêmicas (que endereçam soluções em mais de uma dimensão da existência) vem incidindo, ainda que de forma incompleta, desde o nível local, nas inúmeras demandas e vulnerabilidades que estão no centro dos desafios contemporâneos, particularmente, do sul global, seja no contexto rural ou urbano, traduzidos na necessidade de garantir condições dignas de trabalho e renda, alimentação de qualidade, saúde integral e inclusão produtiva de jovens e mulheres, considerando também a conservação da biodiversidade por meio de restauração e preservação de florestas e de cursos d'água. Desde as territorialidades, tais contextos de articulação vêm fomentando a resiliência comunitária frente aos “choques” geopolíticos e à emergência planetária, ilustrados recentemente pela pandemia de covid-19 e pelos eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes, como as fortes chuvas que assolaram o sul da Bahia em janeiro de 2022, por exemplo, e impediram a realização da própria VII Jornada de Agroecologia naquele ano, como planejado, gerando mobilizações populares em campanhas solidárias em resposta.

As narrativas comunitárias sinalizam, todavia, para uma condição de “constante recomeço”, revelando claramente as limitações impostas às iniciativas de resistência em processos de autogestão, diante da magnitude dos desafios colocados e daqueles a ser ainda enfrentados futuramente. Em face do cenário de agravamento da crise climática, com efeito, os investimentos em adaptação necessários à resiliência comunitária são ainda muito incipientes, diante de um aumento de temperatura global projetado que tende a ser, em média, superior a 2°C, em relação aos períodos pré-industriais, a ser experienciado já nas próximas décadas (IPCC, 2021; IPCC, 2022a; IPCC, 2022b).

Não para concluir, mas para recomeçar: algumas considerações

À luz das experiências comunitárias analisadas, conectando as escalas local e global, se reafirma o protagonismo de diversos grupos sociais “minoritários” na construção de alternativas sistêmicas rumo a outros futuros possíveis. Isso porque, ao enfrentar condições de vulnerabilidade, tais grupos vêm promovendo vias resolutivas de ação, em micropolíticas inovadoras para lidar com inúmeros desafios contemporâneos na linha de frente de seus territórios. Contribuindo para o desenvolvimento de soluções possíveis a uma transição justa e ecológica, a articulação da Teia dos Povos vem tecendo, nesse contexto, um tecido vivo, enraizado nas experiências de luta e nos saberes tradicionais dos povos do Brasil.

Por meio de suas proposições, os aprendizados colhidos como frutos da transição agroecológica no Assentamento Terra Vista vêm sendo, paulatinamente, propagados para outras regiões e territórios do Brasil, como um chamado para esperar, organizar, agir e libertar, em uma perspectiva plural e material de Bem Viver.

Seja por publicações impressas e ou por aquelas dirigidas às mídias digitais, difundidas pelos canais de comunicação da Teia dos Povos, em veículos midiáticos e nas redes sociais, como Youtube, Instagram e em grupos de Whatsapp e Telegram, nesse processo, a aliança “preta, indígena e popular” vem se expandindo, sobretudo mediante a realização de uma série de encontros, vivências e eventos presenciais para o compartilhamento de saberes e fazeres, com destaque para as Jornadas de Agroecologia da Bahia e as atividades formativas mais recentes realizadas no âmbito da Universidade dos Povos.

Forjando uma rede circular de solidariedade popular, essas oportunidades de encontro e aprendizagem se materializam por meio de relações de reciprocidade, em trocas horizontais de experiências, despertando memórias e buscando fortalecer os modos de vida coletivos para que seja possível responder às inúmeras demandas situadas no centro dos desafios brasileiros e também do sul global, perpassando as

relações de gênero, étnico-raciais, de classe, entre outras ligadas a injustiças históricas.

Insuficientes atenção e apoio das políticas públicas, porém, têm sido conferidos a tais ações sistêmicas e estruturais, principalmente, quando se considera a complexidade deste momento inédito, no qual a humanidade caminha para o enfrentamento de um aumento médio de temperatura global que tende a ultrapassar os limiares considerados “seguros” (IPCC, 2021; IPCC, 2022a; IPCC, 2022b).

Importa aqui enfatizar “o alerta vermelho para a humanidade” expresso no 6º Relatório Síntese de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC, 2023), apontando para a necessidade de um redesenho civilizatório radical, em curto prazo. Isso porque, com base nos dados da revisão realizada pelos três Grupos de Trabalho: Bases da Ciência Física (IPCC, 2021); Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade (IPCC, 2022a); e Mitigação da Mudança do Clima (IPCC, 2022b), mesmo que se efetive o improvável alcance dos objetivos de neutralidade de emissões de carbono pactuados no Acordo de Paris, as projeções apontam para uma tendência de aumento médio de temperatura global superior aos 2°C, até o final deste século, atingindo esses patamares de temperatura já nas próximas décadas, com tendência de incremento na frequência e intensidade de eventos climáticos extremos incidindo nos territórios. Esse cenário reforça, ainda mais, a necessidade de investimentos em adaptação em curto prazo, em um movimento claro de reconhecimento dos próximos anos como determinantes para os rumos da civilização tal como a conhecemos.

Perante os entrelaçamentos estruturais que vinculam emergência climática e erosão da biodiversidade às desigualdades sociais e violações de direitos crescentes, movimentos propositivos e práticas inovadoras de coletivização e territorialização vêm, como contraponto, germinando inúmeras alternativas viáveis à luz dos compromissos da agenda socioambiental, pactuados em acordos multilaterais globais. As inovações territoriais comunitárias revelam, nesse contexto, um significativo potencial para inspirar soluções sustentáveis com relação aos diversos

problemas econômicos, ecológicos, sociais, culturais e ético-políticos contemporâneos, contribuindo para que se possa (re)pensar, criticamente, a complexidade das transformações em curso e colocar em suspeição arraigadas premissas ocidentais-modernas que permeiam a colonização de imaginários políticos.

Frente a um panorama global de incertezas, os modos de vida comunitários representam possibilidades concretas para inspirar ações e investimentos em mitigação e adaptação climáticas, por exemplo, vinculadas a uma possível cadeia produtiva da restauração de ecossistemas, visando à soberania alimentar e ao fortalecimento territorial, em abordagem de Bem Viver autodeterminada que converge, em grande medida, até para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Desde uma perspectiva de análise do pós-desenvolvimento, as alternativas concebidas e testadas na microescala comunitária, nos diversos contextos territoriais, se configurariam, assim, como um amplo leque de vias potenciais para essa transição, capazes de contribuir para expandir o horizonte de possibilidades integradoras dirigidas à ação política.

Não raro, no entanto, são questionadas as relações de poder de matriz colonial subjacentes à orientação das políticas públicas e aos processos de governança na tomada de decisão, que acabam por limitar as possibilidades à promoção de alternativas ao desenvolvimento com base no protagonismo comunitário. A partir, entretanto, da abertura à escuta atenta e do respeito às diferenças, pelo diálogo horizontal entre distintos saberes e fazeres, modernos e ancestrais, acadêmicos e técnico-científicos, populares e tradicionais, pontos comuns talvez possam ser encontrados, em confluência, para viabilizar a colaboração mútua entre a pluralidade de atores envolvidos, quando valores, visões e estilos de vida diferem, neste momento histórico reconhecido mundialmente como decisivo.

Parece oportuno, portanto, que se reflita criticamente sobre as conexões capazes de fortalecer e ampliar as relações de alteridade entre

os sujeitos coletivos que regeneram as condições de vida no planeta, a partir da micropolítica comunitária, e aqueles capazes de contribuir potencialmente para viabilizar as mudanças sistêmicas necessárias em outros âmbitos da sociedade. Aproximar teoria e prática, nesse caso, implicaria reduzir distâncias entre as noções abstratas e ambíguas associadas ao tema da sustentabilidade e as transformações concretas gestadas nos próprios territórios. Nessa jornada, a predisposição real ao diálogo intercultural parece representar um dos passos cruciais e imperativos à caminhada, rumo a outros futuros possíveis.

Referências

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, maio/ago. 2013.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCT, 2015.

BRASIL. Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2007.

CEPF, CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND. *Mata Atlântica Hotspot de Biodiversidade*, 2001.

DE LA CADENA, Marisol.; BLASER, Mario. (Eds.). *A world of many worlds*. Durham: Duke University Press, 2018.

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ESCOBAR, Arturo. *Designs for the pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds* (New

Ecologies for the Twenty-First Century). Duke University Press, 2018.

FALS-BORDA, Orlando. *Una sociologia sentipensante para América Latina: antología y presentación de Víctor Manuel Moncayo*. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores y CLACSO, 2009.

FALS-BORDA, Orlando; RAHMAN, Mohammad A. *Action and knowledge: breaking the monopoly with participatory action-research*. New York: Apex, 1991.

FAO; FILAC. *Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques. Una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe*. Santiago: FAO, 2021.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Trad. Leticia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. *Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Arataca: Teia dos Povos, 2021.

GAIA EDUCATION. *Ecovillage Design Education (EDE)*. Findhorn: Global Ecovillage Network, 2005.

HAESBAERT, Rogerio. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires/Niterói: Clacso/UFF, 2021.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*. Rio de Janeiro, 2017

ICCA CONSORTIUM. *Territories of Life: 2021 Report*. Executive Summary. ICCA Consortium: worldwide, 2021.

IPCC, INTERGOVERNMENTAL PANEL on climate change. Sumário para Formuladores de Políticas. In: *Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese. Contribuição dos Grupos de Trabalho I, II e III para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima*. Genebra: IPCC, 2023, p. 1-34.

IPCC, INTERGOVERNMENTAL PANEL on climate change. Summary for policymakers. In: *Climate Change 2022: impacts,*

adaptation and vulnerability. Cambridge: Cambridge University Press, 2022a.

IPCC, INTERGOVERNMENTAL PANEL on climate change. Summary for policymakers. In: *Climate Change 2022: mitigation of climate change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022b.

IPCC, INTERGOVERNMENTAL PANEL on climate change. Summary for policymakers. In: *Climate Change 2021: the physical science basis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

KOTHARI, Ashish et al. (ed). *Pluriverse: a post-development dictionary*. Chennai: Tulika Books. 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terre Patrie*. Paris: Seuil, 1993.

PIMENTEL, Spency K.; MENEZES, Paulo D. R. A Teia dos Povos e a universidade: agroecologia, saberes tradicionais insurgentes e descolonização epistêmica. São Paulo: *Ambiente & Sociedade*, v. 25, 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, jan.-jul. 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-systems Research*, v. 2, special issue, p. 342-386, 2000.

SAMBUICHI, Regina H. R. Estrutura e dinâmica do componente arbóreo em área de cabruca na região cacauera do sul da Bahia, Brasil. *Acta Botânica Brasilica*, 20, p. 943-954, 2006.

SCARANO, Fabio R. *Regenerantes de Gaia*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2019.

SOLÓN, Pablo (org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Elefante. 2019.

SVAMPA, Maristela. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

TEIA DOS POVOS. *Apresentação da Articulação*, 2022.

UN, UNITED NATIONS. *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. 2015a. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/Post2015/Transformingourworld>. Acesso em 15 fev. 2022.

UN, UNITED NATIONS. *The Paris Agreement*. 2015b. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf. Acesso em 15 fev. 2022.

ZANJANI, Leila V. et al. Territories of life as key to global environmental sustainability, *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 63, 2023.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em rebeldia*. São Paulo: Elefante, 2022.

Recebido em: 19 de abril de 2024

Aceito em: 09 de julho de 2024